

HABEAS CORPUS Nº 564.557 - MA (2020/0053073-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JOSE TEODORO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JOSÉ TEODORO DO NASCIMENTO - MA006370
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : FRANCISCO CHARLES PEREIRA BARROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de FRANCISCO CHARLES PEREIRA BARROS, em face de suposto ato coator praticado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal (fl. 20-21).

No presente **writ**, sustenta o impetrante, em suma, que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, decorrente da demora no julgamento da apelação defensiva, em ofensa à garantia da razoável duração do processo.

Alega, nesse sentido que: "*Ora paciente está custodiado há 1 ano e 08 meses e aguarda o julgamento da apelação desde 06/08/2019*" (fl. 04).

Requer a concessão da ordem a fim de que o paciente aguarde o julgamento da apelação em liberdade.

Pedido liminar indeferido às fls. 84-85.

As informações foram prestadas às fls. 89-94.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 104-105, pela **denegação da ordem**, em parecer não ementado.

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, na presente impetração, em síntese, o reconhecimento do **excesso de prazo** no julgamento de Recurso de Apelação interposto pela defesa em **06 de agosto de 2019**, contra sentença que condenou o paciente, à pena privativa de liberdade fixada em **14 (quatorze) anos de reclusão, em**

regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

No entanto, apesar dos argumentos lançados no presente **writ**, verifico que, **na hipótese e por ora**, não está configurado o alegado excesso de prazo para a análise do referido recurso.

Extrai-se das informações prestadas por Desembargador do Tribunal de origem:

"Em resposta ao expediente Ofício n. 016399/2020-CPPE, referente ao processo acima descrito, em que figura como paciente Francisco Charles Pereira Barros, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através do presente, presto as seguintes informações na qualidade de Relator Substituto do Desembargador Josemar Lopes Santos, conforme Portana-GP n° 183/2020.

Em análise ao sistema JurisConsult deste Tribunal de Justiça, constatei que a defesa do paciente interpôs apelação criminal, recebida por esta Corte em 05.08.2019, sob o número 26359/2019.

Ocorre que referido recurso foi distribuído ao ilustre Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, da Terceira Câmara Criminal, em 07.08.2019 e encaminhado Procuradoria Geral de Justiça no mesmo dia.

Em 04.09.2019 os autos retornaram ao gabinete do Desembargador Froz que, em despacho exarado em 09.09.2019, converteu o julgamento em diligência, a fim de determinar a remessa dos autos ao juízo de origem para que seja juntada uma cópia da mídia contendo a gravação audiovisual dos depoimentos colhidos no Júri.

Somente em 06.12.2019 os autos retornaram da Comarca de origem com o cumprimento da diligência e, em 11.12.2019, foram encaminhados novamente à Procuradoria Geral de Justiça, a fim de exarar o seu parecer.

Após retorno dos autos, em 05.03.2020 foi detectada a prevenção do Desembargador Josemar Lopes Santos, da Terceira Câmara Criminal, tendo em vista que, em momento anterior, julgou os Habeas Corpus n° 0806598-54.2018.8.10.0000 e 0801909-30.2019.8.10.0000, referentes ao mesmo paciente e à mesma ação penal, sendo que os autos ainda não chegaram ao gabinete.

Esclareço ainda que, em data de 22 de outubro de 2018, a Terceira Câmara Criminal, à unanimidade, denegou a ordem pleiteada no habeas corpus n° 0806598-54.2018.8.10.0000 nos termos do voto da Relatoria do Desembargador Josemar Lopes Santos, para manter o cárcere do paciente diante do descumprimento de medidas cautelares diversas da prisão

anteriormente fixadas pelo Juízo de base.

Posteriormente, em data de 06 de maio de 2019, também à unanimidade, a Terceira Câmara Criminal denegou a ordem no habeas corpus nº 0801909- 30.2019.8.10.0000, por não constatar o excesso de prazo alegado e diante do descumprimento das medidas cautelares" (fls. 90-91).

Pelos esclarecimentos feitos acima e em consulta ao sítio do tribunal de origem (www.tjma.jus.br), não há se falar em excesso de prazo no julgamento do recurso em tela, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, **por ora**, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente **14 (quatorze) anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal**, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena.

Sobre o tema colaciono os seguintes precedentes desta Corte Superior:

"HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. RÉU CONDENADO A 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento, bem como a pena imposta na sentença condenatória.

2. De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, o recurso foi registrado em 12/7/2016, distribuído ao Relator em 14/7/2016. Aberto prazo à defesa para apresentação das razões recursais, os autos retornaram ao Tribunal em 9/9/2016. Noticiou, ainda, que encaminhados os autos à procuradoria para parecer, os mesmos foram devolvidos àquela Corte em 13/10/2016. Na sequência, baixados os autos em diligência em 4/11/2016, o recurso foi concluso para à Relatora

para julgamento em 15/9/2017. Nesse contexto, considerando os trâmites necessários, a complexidade do feito, com a necessidade de diligências, não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

3. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente - 25 anos e 8 meses de reclusão -, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória. Por fim, conforme consulta realizada ao andamento processual, no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que a apelação n. 0152159-10.2008.8.13.0680 foi incluída na pauta de julgamento do dia 5/12/2017.

4. Habeas corpus denegado" (HC 414.264/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/12/2017-grifei).

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. REQUISITOS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TEMA NÃO APRECIADO. EXCESSO DE PRAZO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. DELONGA NÃO EVIDENCIADA A PONTO DE ENSEJAR EVENTUAL CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Em face do obstáculo da supressão de instância, não é possível o exame, por esta Corte, de discussão que não foi suscitada perante o Tribunal de origem, qual seja, o tema relativo à prisão cautelar mantida na sentença penal condenatória.

2. Não há o alegado constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo no julgamento da apelação, porquanto o Tribunal de origem tem envidado esforços para submeter à apreciação do órgão julgador, em tempo razoável, o apelo defensivo.

3. Assim, o procedimento efetivamente transcorre com efetiva atuação da autoridade judiciária na condução processual, não se podendo atribuir, pois, a delonga ao aparato estatal, máxime porque o recurso está em vias de ser pautado.

4. Ordem denegada" (HC n. 349.143/BA, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 19/4/2016-grifei).

Ante o exposto, **denego a ordem**. Expeça-se, contudo,

Superior Tribunal de Justiça

recomendação ao eg. Tribunal de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do recurso de apelação. P.I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator